



Bolsas Na sexta-feira 0,97% São Paulo 0,67% Nova York	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 120.934 120.530 19/4 20/4 22/4 23/4	Salário mínimo R\$ 1.100	Dólar Na sexta-feira R\$ 5,497 (▲ 0,78%) Últimas cotações (em R\$) 15/abril 5,628 16/abril 5,584 19/abril 5,550 20/abril 5,550 22/abril 5,454	Euro Comercial, venda na sexta-feira R\$ 6,651	Capital de giro Na sexta-feira 6,35%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 3,14%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Novembro/2020 0,89 Dezembro/2020 1,35 Janeiro/2021 0,25 Fevereiro/2021 0,86 Março/2021 0,93
---	---	---	--	--	--	--	---

ESPLANADA/ Relatório da Instituição Fiscal Independente (IFI) faz alerta para o aumento dos riscos de shutdown no funcionalismo, pois, segundo cálculos da entidade, despesas discricionárias do Executivo atingiram menor patamar da história: R\$ 74,6 bilhões

Risco de apagão da máquina aumenta

» ROSANA HESSEL

O Orçamento de 2021 foi finalmente sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, privilegiando a política em detrimento de despesas com a máquina pública que podem custar caro aos brasileiros. O corte de R\$ 29,1 bilhões em emendas parlamentares e despesas não obrigatórias por meio de vetos e bloqueios ajudaram a apaziguar os ânimos da base aliada, mas não resolverá os problemas das contas públicas deste ano. O quadro não é nada animador, segundo dados da Nota Técnica 47 da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, divulgada, ontem. A entidade alerta para o aumento do risco de apagão da máquina pública, prejudicando serviços para a população.

Conforme o levantamento feito pelos economistas Felipe Salto, Daniel Couri e Pedro Henrique Souza, analisando os cortes na Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano e as atuais projeções fiscais do governo, as despesas discricionárias do Poder Executivo, atingiram “o menor patamar da história”, de R\$ 74,6 bilhões. Para os economistas da IFI, o risco de shutdown será uma ameaça constante ao longo do ano e não deve parar apenas com o cancelamento do Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“O que nossa nota fez foi mostrar os dados fiscais após os cortes no Orçamento, de um lado, e as áreas afetadas, com detalhamento dentro de cada ministério, de outro. A situação é bastante preocupante. Ainda que tenha diminuído o risco de romper o teto de gastos, aumentou o risco de shutdown. E essa paralisação da máquina não acontece de uma hora para outra. Ela já está acontecendo. O caso emblemático é o do Censo do IBGE. Mas, como este, poderá ha-

» No limite

Em 2021, o valor previsto para gasto não obrigatório apenas do Executivo é o menor da história, conforme levantamento da IFI, que não descarta risco de apagão da máquina

Evolução das emendas discricionárias - em R\$ bilhões

Ano	Total	Poder Executivo
2016	142,5	95,6
2017	118,2	83,6
2018	134,5	97,2
2019	167,8	130,9
2020	510,0	482,5
2021 PLOA*	112,4	112,4
2021 Autógrafo da LOA	139,1	91,4
2021 LOA*	110,1	74,6

*Legenda PLOA: Projeto de Lei Orçamentária Anual// LOA: Lei Orçamentária Anual

» Emendas polêmicas

Veja como ficaram os vetos nas emendas das do relator-geral da LOA de 2021 por órgão - Valores em R\$ milhões

Órgão	Aprovado na LOA 2021	Emendas vetadas	Total Geral
Ministério da Saúde	8.892,17	1.066,55	7.825,62
Ministério do Desenvolvimento Regional	11.552,89	5.509,20	6.043,68
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.421,64	743,60	1.678,04
Ministério da Cidadania	1.375,50	273,00	1.102,50
Ministério da Educação	1.240,00	215,00	1.025,00
Ministério da Defesa	605,00	105,00	500,00
Ministério da Economia	372,30	22,30	350,00
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	264,00	259,00	5,00
Ministério da Justiça e Segurança Pública	325,00	325,00	0,00
Ministério da Infraestrutura	1.401,53	1.401,53	0,00
Ministério das Comunicações	39,00	39,00	0,00
Ministério do Meio Ambiente	211,61	211,61	0,00
Ministério do Turismo	317,00	317,00	0,00
Total Geral	29.017,64	10.487,80	18.529,84

Fonte: Instituição Fiscal Independente (IFI) com base da LOA de 2021 sancionada com vetos

ver muitos”, alertou Felipe Salto, diretor-executivo da IFI.

As despesas discricionárias são aquelas que podem ser cortadas no Orçamento, mas são fundamentais para o funcionamento da máquina pública. Para a sanção da LOA, o presidente vetou R\$ 19,8 bilhões em emendas parlamentares (R\$ 11,9 bilhões) e em supressão de despesas discricionárias (R\$ 7,9 bilhões). Além disso, blo-

queou R\$ 9,3 bilhões de gastos não obrigatórios do Executivo via decreto de contingenciamento. Com esses cortes, considerando os demais Poderes, as despesas discricionárias prevista na LOA ficaram em R\$ 84,4 bilhões, e, incluindo as emendas parlamentares, passaram para R\$ 101,1 bilhões.

Ao ser questionado na sexta-feira (23) durante a breve entrevista sobre a LOA de 2021, o secretário

especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, descartou o risco de shutdown no funcionalismo e, ao mesmo tempo, anunciou o cancelamento do Censo neste ano. Logo, não convenceu.

Desobediência

A procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Élidea Graziane Pinto,

criticou a suspensão do Censo, pesquisa feita a cada 10 anos para ajudar no mapeamento do país e no desenvolvimento de políticas públicas para os governos federal e regionais e que está prevista na Constituição. “Vejo uma forma errada de tratar as despesas definidas em lei como obrigações, como o Censo, que tem previsão legal para sua realização decenal. A fila de espera do Bolsa Família e o cancelamento do Censo são ilegais nesse sentido”, alertou. Para ela, o Executivo está descumprindo o que a Constituição determina. “O Censo uma despesa obrigatória que foi negligenciada. E há outros serviços que podem ser afetados, inclusive, os repasses aos municípios via Fundo de Participação dos Municípios (FPM) dependem dos dados do Censo”, acrescentou.

Dos R\$ 49,2 bilhões de emendas parlamentares aprovadas no autógrafo do Congresso, Bolsonaro vetou R\$ 11,9 bilhões, sendo R\$ 10,5 bilhões do relator e R\$ 1,4 bilhão de comissões. E uma das principais polêmicas do Orçamento de 2021 foram as emendas do relator-geral, o senador Márcio Bittar (MDB-AC), que somaram R\$ 29 bilhões, partindo, inclusive, de cortes de R\$ 26,5 bilhões de despesas obrigatórias, incluindo aposentadorias.

O relatório da IFI destacou que o Ministério do Desenvolvimento Regional foi a pasta que sofreu os maiores cortes das emendas do relator, de R\$ 5,5 bilhões dos R\$ 11,6 bilhões em emendas adicionais com a aprovação da LOA. “Mesmo com esse volume de cortes, o ministério ainda apresenta o segundo maior valor em emendas de relator-geral (R\$ 6 bilhões)”, destacou o relatório. Foram vetadas todas as emendas de cinco ministérios: Justiça e Segurança Pública, Infraestrutura, Comunicações, Meio Ambiente e Turismo. Juntos, estes vetos somam R\$ 2,3 bilhões (21,2% do

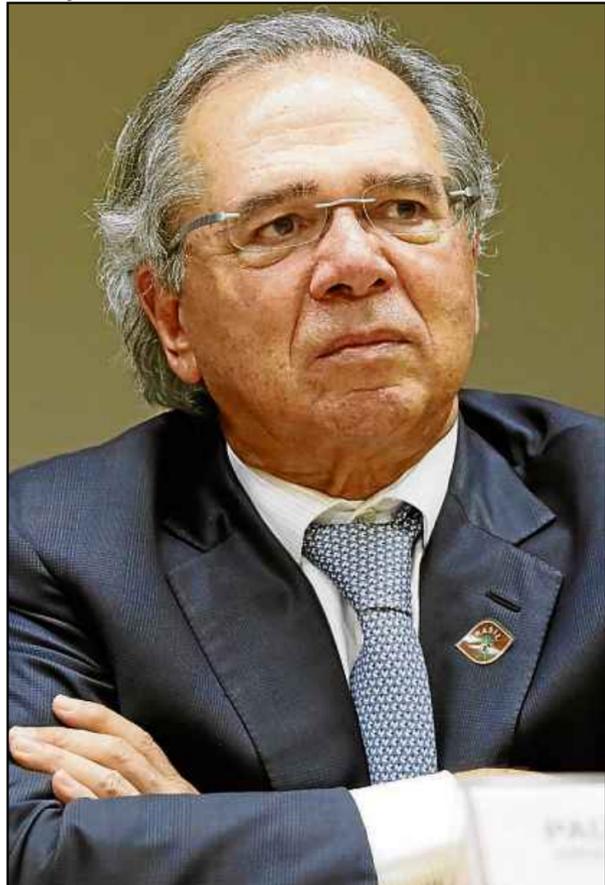
total de vetos). Assim, o total de emendas de relator-geral após sanção ficou em R\$ 18,5 bilhões.

Apesar das promessas de Bolsonaro da Cúpula do Clima de dobrar os recursos para a fiscalização contra o desmatamento, no Meio Ambiente os cortes acabaram se concentrando no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e no Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (Imbico), mas acabaram sendo recompostos pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Sales, após as críticas. O montante pedido por Salles foi dividido em R\$ 72 milhões para o ICMBio, R\$ 56 milhões de recomposição orçamentária para o Ibama e outros R\$ 142 milhões para reforço adicional para ações de fiscalização também do Ibama.

Pelos cálculos da IFI, os dados do autógrafo do Congresso para a LOA apontavam um estouro de R\$ 31,9 bilhões no limite do teto de gastos—emenda constitucional que limita o aumento de despesas à inflação do ano anterior—, mas, apesar de o corte anunciado ter sido inferior, o governo o risco de rompimento do teto neste ano é “moderado”. Vale lembrar que o Congresso alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), retirando da regra do teto novos gastos extraordinários relacionados à pandemia, mas especialistas reconhecem que há incertezas se emendas que foram cortadas poderiam ser incluídas nessa exceção.

Após críticas sobre os cortes do Orçamento, o Ministério da Economia emitiu uma nota, ontem, negando falta de recursos para a compra de vacina. Segundo a pasta, “não há nenhuma relação entre os créditos extraordinários para a Saúde e os recursos previstos para o custeio da máquina da pasta no Orçamento sancionado na quinta-feira (22)”.

Isaac Nóbrega/PR - 12/11/20



Novo ministério encolhe Guedes

» VERA BATISTA

O desfecho para o impasse do Orçamento de 2021, resultado de um desgaste que durou meses, mostrou que a política pesou mais na balança do que as pressões liberais do governo de Jair Bolsonaro. O desgaste para sanção da peça orçamentária, com um corte em áreas sociais e um ajuste na quantidade de recursos para emendas parlamentares, abalou as bases de apoio do presidente no Congresso. E tudo indica que o movimento tectônico estremeceu as estruturas do Ministério da Economia.

Apesar de o presidente frequentemente prestigiar seu Posto Ipiranga, ministro saiu chamuscado da fogueira orçamentária. Depois de perder vários colaboradores, insatisfeitos com a morosidade do governo em implementar uma agenda liberal, o ministro corre o risco de encolher na Esplanada. No Congresso, já se dá como certo que o governo vai recriar o Ministério do Planejamento e entregá-lo a um senador como forma de aplacar o Senado, neste momento de CPI da

Pandemia, que vai iniciar os trabalhos nesta semana.

O Ministério da Economia foi criado com a fusão de cinco pastas: Fazenda, Planejamento, Trabalho e Emprego, Previdência Social e Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Essa vontade de mudança da ala política reforça a dificuldade do chefe da equipe econômica em manter uma interlocução com o Congresso. Na avaliação de parlamentares aliados a Bolsonaro, Guedes sofre desgastes porque não admite mudanças de rumos e “uma certa expansão nos gastos”.

Vários nomes estão sendo cotados para a volta do Ministério do Planejamento. Os senadores Eduardo Gomes (MDB-TO), Jorginho Melo (PL-SC) e Davi Alcolumbre (DEM-AP) figuram como possíveis ministeriáveis. Se concretizada a iniciativa, o Planejamento vai também aplacar as queixas de quem não há um só senador aliado à frente de um ministério, somente deputados federais.

Assim, na gangorra política de Brasília, se por um lado o Posto Ipiranga perde protagonismo, por

outro, espera-se o fortalecimento da base aliada de Bolsonaro no Senado. “Ao contrário do seu homônimo, que ainda é uma das maiores empresas varejistas brasileiras de distribuição de combustíveis, Paulo Guedes define. Não se sabe porque ele ainda se submete a esse desgaste. A maioria que chegou com ele já abandonou o barco. Não se entende esse apego ao cargo. Principalmente agora que é certa a sua desidratadação. O que será que ele vai perder em seguida?”, lamenta uma fonte próxima ao ministro.

Independentemente do tamanho do poder de Paulo Guedes no governo, há uma constante: as controvérsias em torno do ministro da Economia. Considerando os diferentes pontos de vista sobre a situação do Posto Ipiranga, chega-se à conclusão de que tudo pode acontecer, inclusive, continuar tudo como está. Há quem garanta, por exemplo, que Guedes não está sendo surpreendido com a volta da pasta do Planejamento. “O retorno do Planejamento, para além da briga política, tem um fundamento técnico.

Não existe no mundo um país no qual a mesma pessoa que guarda o cofre seja a mesma que define os gastos. Uma falha que chama atenção. É mais uma jabuticaba”, afirmam técnicos do Senado.

No mercado financeiro, a derrota de Guedes representa um risco e é motivo para elevar a desconfiança dos investidores. “Por mais que se apele para o campo da técnica, certamente, o objetivo subjacente não é republicano”, afirma um economista ouvido pelo Correio.

Há também os descrentes em qualquer mudança radical após dois anos de gestão do polêmico ministro, mesmo com a pressão de senadores e os desgastes com os parlamentares do Centrão. “Esse governo é especialista em idas e voltas, em avançar e recuar, em dar um passo para frente e dois para trás. Todo esse boato é um balão de ensaio, para testar o mercado. Já reparou que sempre que Guedes está pressionado, surgem fofocas de que ele vai sair, de que perdeu a paciência ou vai perder poder? Creio que essa é mais uma”, ironiza um especialista em políticas públicas.